

# abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual  
Clipping da imprensa

*Brasília, 11 de março de 2021 às 07h32*  
*Seleção de Notícias*

## O Globo | BR

Patentes

**Brasil precisa rever posição sobre quebra de patentes na pandemia . . . . . 3**

OPINIÃO O GLOBO

Patentes

**Brasil vai contra proposta indiana para vacinas . . . . . 4**

MUNDO | ELIANE OLIVEIRA | VIVIAN OSWALD

# Brasil precisa rever posição sobre quebra de patentes na pandemia

OPINIÃO O GLOBO

Desequilíbrio na vacinação ameaça os próprios países ricos obrigados a fechar fronteiras

O caminho pantanoso que a pandemia tomou no Brasil - somos hoje o país com maior número diário de mortes - deveria levar o governo a rever suas posições, a despeito do obscurantismo que marca a gestão do combate à Covid-19 no governo Bolsonaro. Num momento em que a Organização Mundial do Comércio (OMC) volta a discutir a suspensão de patentes de vacinas e medicamentos contra a doença durante a pandemia, o Brasil insiste em apoiar a posição dos países ricos contra a quebra provisória proposta por Índia e África do Sul - a trégua duraria o tempo necessário para que a maior parte da população mundial fosse vacinada.

Sob Bolsonaro, o país que já foi decisivo para incluir no acordo internacional de propriedade intelectual, o TRIPS, as exceções que permitem a quebra em casos de emergências sanitárias (usadas depois no caso de drogas contra a Aids) abdicou do currículo e se colocou ao lado de Estados Unidos, Suíça, Japão, União Europeia e outros integrantes do clube dos ricos. Argumentou que já existem brechas que permitem aos países **quebrar** patentes para garantir o abastecimento de vacinas e remédios em emergências sanitárias.

Evidentemente, a patente é um monopólio justo para quem investe em inovação. Mas a situação atual, em que impera o nacionalismo das vacinas, criou um desequilíbrio. Há países com estoques para imunizar três vezes sua população, outros sem nada. Deve-se reconhecer também que as grandes farmacêuticas,

que venceram a corrida para produzir em tempo recorde vacinas contra a Covid-19, impõem aos países condições draconianas para assinar contratos de fornecimento, como revelou reportagem do GLOBO.

Claro que isso não exime o governo Bolsonaro da responsabilidade pela falta de vacinas no momento mais crítico da pandemia. Tanto que agora apela à China - o Ministério da Saúde enviou carta ao embaixador Yang Wanming pedindo ajuda para comprar 30 milhões de doses da Sinopharm. De qualquer forma, é incoerente estrilar contra as condições desfavoráveis dos contratos e, ao mesmo tempo, ficar ao lado das grandes farmacêuticas, votando contra a **quebra** de patentes nos foros internacionais.

Enquanto vigorar o "apartheid" das vacinas, a pandemia não será controlada por ações isoladas. Hoje há um desequilíbrio que ameaça os próprios países ricos. Mesmo aqueles que tiverem vacinado sua população não conseguirão manter fronteiras fechadas às variantes eternamente, ao passo que a indústria do turismo derrete.

É crucial garantir vacinas para todos os países. Enquanto o vírus sobreviver em algum canto do planeta, por mais remoto que seja, a Humanidade continuará sob ameaça. A emergência sanitária requer que as empresas e os países ricos revejam suas posições e exigências. Nas discussões internacionais, o governo Bolsonaro teria a oportunidade de resgatar a liderança que o Brasil já exerceu nesse campo em passado recente. Mas talvez seja pedir demais.

## Brasil vai contra proposta indiana para vacinas

MUNDO

Em nova rodada do debate na OMC sobre suspensão de patentes durante pandemia, delegação brasileira se alinha a países desenvolvidos; iniciativa tem apoio de 100 nações e visa aumentar produção de imunizantes genéricos

VIVIAN OSWALD E ELIANE OLIVEIRA

O Brasil mais uma vez se manifestou abertamente contra a suspensão dos dispositivos de propriedade intelectual sobre **patentes** de medicamentos, vacinas e outros produtos ligados ao combate ao novo coronavírus em uma reunião na Organização Mundial do Comércio (OMC) ontem, em Genebra. A proposta apresentada por Índia e África do Sul em outubro tem por objetivo conseguir a suspensão de **patentes** de modo a permitir a produção de itens "**genéricos**" que ajudem sobretudo as nações em desenvolvimento a conter o avanço da pandemia.

O representante do Brasil, que se mantém contra a iniciativa desde o início, tomou a palavra e se posicionou explicitamente contra a proposta, o que não fazia desde outubro. Na última reunião formal sobre o tema, em janeiro, a delegação do país se manteve em silêncio, segundo diplomatas presentes, em função da iminência de um acordo que pretendia fechar com a Índia para o envio de dois milhões de vacinas para a campanha nacional de imunização.

A posição brasileira chama a atenção de observadores que acompanham o assunto em Genebra. Mais uma vez, o país foi a única nação em desenvolvimento a rejeitar a proposta, acompanhando os países desenvolvidos. Uma especialista indiana lembrou que "Índia, Brasil e África do Sul sempre coordenaram uma posição sólida, sobretudo para questões de saúde pública".

A reunião terminou em impasse, após três horas de discussão. Ficou definido que as delegações voltarão a discutir o assunto em encontros bilaterais informais

antes da próxima negociação no Conselho Trips - responsável pelo monitoramento da implementação do Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual relacionados ao Comércio - marcada para os dias 8 e 9 de junho.

A Índia argumentou que o mundo não está produzindo vacinas o suficiente para acabar com a pandemia, apesar de várias terem sido aprovadas. Ela lamentou que, embora tenha o apoio de 100 países, a proposta de suspensão das patentes continue sofrendo oposição dos "mesmos que amealharam mais vacinas do que precisam". Qualquer decisão na OMC precisa do consenso dos 164 países-membros.

O argumento brasileiro é que o acordo Trips já prevê a possibilidade do chamado "licenciamento compulsório" equivalente à suspensão de patentes, mas que deve ser feito por cada país individualmente - de remédios em emergência sanitárias. No governo Jair Bolsonaro, o Brasil tem se posicionado ao lado dos países desenvolvidos em debates internacionais ligados ao comércio, incluindo abrindo mão do tratamento especial concedido a países em desenvolvimento na OMC.

PELA 'TERCEIRA VIA'

Segundo um integrante do governo brasileiro, a proposta apresentada por Índia e África do Sul é demasiadamente ampla, por envolver, além de vacinas, máscaras, luvas e respiradores. Além disso, para o governo, não há "um caso concreto que justifique a moratória" das patentes.

De acordo com fontes do Itamaraty envolvidas nas negociações, o Brasil irá "apoiar uma terceira via", como propõe a nova diretora-geral da OMC, Ngozi Okonjo-Iweala, querendo romper o impasse. Uma das opções seriam acordos entre **laboratórios** e países com capacidade de produção de vacinas, sem precisar mudar as regras do Trips. Na reunião, foi

Continuação: Brasil vai contra proposta indiana para vacinas

mencionada ainda a disposição de alguns países de negociar o papel da propriedade intelectual no contexto de futuras pandemias.

O entendimento brasileiro é que, hoje, a escassez de vacinas e equipamentos se deve, principalmente, à falta de capacidade produtiva e à insuficiência logística, e não à proteção conferida pelas patentes.

Diante do impasse, a diretora-geral da OMC agora está mais preocupada em instar governos e empresas a produzirem mais vacinas e mais depressa, sobretudo nos países em desenvolvimento. Okonjo-Iweala quer a cooperação entre fabricantes e organismos como Aliança Gavi, iniciativa de distribuição internacional de vacinas que a nigeriana presidiu antes de ser indicada para o cargo atual. A avaliação é de

que, recém-empossada, ela quer evitar grandes polêmicas.

Apesar do impasse, os 164 países-membros concordaram em continuar a discutir como a OMC, e outras partes interessadas podem contribuir para garantir o acesso rápido às vacinas e a outros produtos médicos relacionados à Covid-19.

Brasil vai contra proposta indiana para Em nova rodada do debate na OMC sobre suspensão de patentes durante pandemia, delegação brasileira se alinha a países desenvolvidos; iniciativa tem apoio de 100 nações e visa aumentar produção de imunizantes genéricos

## Índice remissivo de assuntos

**Propriedade Intelectual**

3

**Patentes**

3, 4